

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – PORTARIA

2 – ATA

2.1 – 30ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



PORTARIA

PORTARIA DGE Nº 22/2020

Divulga os componentes da comissão organizadora a que se refere o item 9.1 do Edital nº 2, de 14 de agosto de 2020, no âmbito do Programa Assembleia Cultural – Projeto Minas Arte em Casa.

O diretor-geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial da prevista no inciso IX do *caput* do art. 63 da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985;

considerando o disposto no art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.745, de 14 de maio de 2020, que determina, para os processos seletivos públicos no âmbito do Projeto Minas Arte em Casa, a aplicação dos procedimentos previstos no Capítulo III da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 9 de outubro de 2017;

considerando o previsto no art. 8º da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 2017, que estabelece a composição de comissão organizadora por três representantes da Assembleia Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º – A comissão organizadora para o Projeto Minas Arte em Casa, conforme o Edital nº 2, de 14 de agosto de 2020, será composta pelas seguintes servidoras:

I – Carla Pinto Godoy, matr. 5152/7;

II – Graciane Fraga da Silva, matr. 14938/1; e

III – Kenia Cristina Fernandes Freire, matr. 18218/4.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o encerramento do respectivo processo de seleção pública.

Palácio da Inconfidência, 21 de agosto de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ATA

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/8/2020**Presidência do Deputado Carlos Henrique**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – Orientações Gerais para a Reunião – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 6.159, 6.166 e 6.168 a 6.171/2020; Requerimento Ordinário nº 887/2020 – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Leandro Genaro, Coronel Henrique, Zé Reis e Glaycon Franco, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Betão e Virgílio Guimarães – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 887/2020; deferimento – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bráulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Carlos Henrique) – Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– A deputada Andréia de Jesus, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Professor Cleiton, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Adriano Martins de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano, encaminhando cópia do requerimento aprovado pelos membros dessa casa legislativa, em que se manifestam contrariamente à reforma da Previdência do Estado e pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 55 e 57/2020 e do Projeto de Lei Complementar nº 46/2020. (– Anexe-se às referidas proposições.)

Da Sra. Ana Maria Ferreira Proença, presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova, manifestando o apoio dessa casa legislativa aos servidores públicos estaduais no tocante à reforma da Previdência do Estado. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020.)

Do Sr. Bruno Oliveira Alencar, presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais, agradecendo informação prestada por esta Casa referente à sua participação na Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais.

Do Sr. Carlos Roberto de Oliveira Costa, presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas, encaminhando manifestação de apoio dessa casa legislativa aos servidores públicos em sua luta contra a reforma da Previdência do Estado. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar n°s 46 e 48/2020.)

Do Sr. César Netto Rosa, presidente da Câmara Municipal de Abre Campo, manifestando-se em defesa dos direitos dos servidores públicos na tramitação da reforma da Previdência no Estado. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar n°s 46 e 48/2020.)

Da Sra. Cirlanda Marques Chaves, presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Formiga, manifestando apoio à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição n° 52/2020, que prevê o tombamento dos Lagos de Furnas e de Peixoto como patrimônio natural. (– Anexe-se à referida proposta.)

Do Sr. Daniel Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Contagem, encaminhando cópia da moção de repúdio dessa casa legislativa à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo governo do Estado. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar n°s 46 e 48/2020.)

Do Sr. Douglas Ferreira de Freitas, vereador da Câmara Municipal de Elói Mendes, manifestando apoio à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição n° 52/2020, que prevê o tombamento dos Lagos de Furnas e de Peixoto como patrimônio natural. (– Anexe-se à referida proposta.)

Do Sr. Edmárcio Moura Leal, presidente *Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene*, propondo que seja suspensa a tramitação da proposta de reforma previdenciária apresentada pelo governo do Estado. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar n°s 46 e 48/2020.)

Do Sr. Igor Luiz Sandim Gonzaga, presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei e outros, encaminhando moção de repúdio dessa casa legislativa à reforma da previdência dos servidores públicos civis do Estado. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar n°s 46 e 48/2020.)

Do Sr. José Tibúrcio do Prado Neto, prefeito municipal de Paraguaçu, manifestando apoio à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição n° 52/2020, que prevê o tombamento dos Lagos de Furnas e de Peixoto como patrimônio natural. (– Anexe-se à referida proposta.)

Do Sr. Juliano Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, encaminhando cópia de moção de repúdio dessa casa legislativa à reforma da previdência estadual. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar n°s 46 e 48/2020.)

Da Sra. Lavinia Rosa Rodrigues, reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais, solicitando o remanejamento de recursos de emendas parlamentares a fim de subsidiar melhorias na infraestrutura necessária ao ensino remoto implementado em decorrência da pandemia de covid-19. (– Às Comissão de Educação e de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, prefeito municipal de Uberlândia, encaminhando cópia da prestação de contas do município referente às ações de enfrentamento da pandemia de covid-19 nos meses de abril, maio e junho de 2020. (– À Mesa da Assembleia.)

Do Sr. Roberto Carlos Silveira, presidente da Câmara Municipal de Conceição do Pará e outros, encaminhando moção de apoio dessa casa legislativa aos servidores públicos em sua luta contra a reforma da Previdência do Estado. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020.)

Do Sr. Rodrigo Macedo de Bustamante, delegado assistente da Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais, comunicando sua posse nesse cargo em 25/7/2020.

Do Sr. Rossano de Oliveira, prefeito municipal de Coqueiral, manifestando apoio à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição n° 52/2020, que prevê o tombamento dos Lagos de Furnas e de Peixoto como patrimônio natural. (– Anexe-se à referida proposta.)

Do Sr. Vêrdi Lúcio Melo, prefeito municipal de Varginha, manifestando apoio à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição n° 52/2020, que prevê a manutenção de cota mínima de 762 para o Lago de Furnas. (– Anexe-se à referida proposta.)

Do Sr. Vicente de Paula Sousa, presidente da Câmara Municipal de Patos de Minas, encaminhando cópia de moção de repúdio dessa casa legislativa à tramitação da reforma da previdência dos servidores públicos civis do Estado durante a pandemia de covid-19. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar n°s 46 e 48/2020.)

Do Sr. Bernardo Henrique Miranda, assessor de Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão n° 6.972/2020, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bernardo Silviano Brandão Vianna, secretário de Estado adjunto de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento n° 5.946/2020, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento n° 5.273/2020, do deputado Doutor Jean Freire. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento n° 5.853/2020, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento n° 5.862/2020, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento n° 6.034/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento n° 5.949/2020, do deputado Fernando Pacheco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento n° 3.900/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento n° 102/2019, do deputado Bruno Engler. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento n° 4.064/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento n° 3.997/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento n° 4.395/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.808/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.815/2020, do deputado Doutor Jean Freire. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.888/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.893/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas. (– Anexem-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.872/2020, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.891/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.908/2020, do deputado Carlos Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.931/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.913/2020, do deputado Mauro Tramonte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.916/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.917/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.922/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.920/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.936/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva. (– Anexem-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.937/2020, do deputado Sargento Rodrigues. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.940/2020, do deputado Sargento Rodrigues. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.942/2020, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.945/2020, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.948/2020, da deputada Rosângela Reis. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.966/2020, do deputado Duarte Bechir. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.976/2020, do deputado Mauro Tramonte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.927/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.985/2020, do deputado Bartô. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Zani Cajueiro Tobias de Souza, procuradora da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.339/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Orientações Gerais para a Reunião

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a reunião ordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se o disposto no inciso II do art. 14 e no art. 22 do Regimento Interno e nas demais normas regimentais aplicáveis, bem como as seguintes diretrizes:

1) Somente será registrada a presença nas reuniões de Plenário das deputadas e dos deputados que ingressarem na plataforma do Silegis ou no ambiente de videoconferência do Zoom;

2) Os parlamentares podem se inscrever, por meio da plataforma Silegis, para falar no Grande Expediente pelo prazo de 15 minutos, nos termos do art. 26, c/c o art. 157, do Regimento Interno;

3) Será admitido aparte no Grande Expediente, que não excederá a 3 minutos, nos termos do § 1º do art. 162 do Regimento Interno. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo *chat online*, escrevendo expressamente “aparte”;

4) Para arguir questão de ordem, nos termos do art. 166 do Regimento Interno, os parlamentares devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”;

5) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver *online* no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

6) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase da reunião em que o pronunciamento estava sendo feito.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 6.159/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj – pedido de informações sobre a CPI do Rioprevidência, que investiga as operações de crédito de antecipação de receitas, especialmente as realizadas no exterior, que foram objeto do Processo nº 108168-2/16, no Tribunal de Contas

desse Estado, bem como, se possível, sobre o compartilhamento de eventuais relatórios e documentos relevantes que instruem os trabalhos da CPI, ressalvados aqueles que a comissão entender que devem ser acobertados pelo sigilo necessário para a conclusão das investigações.

Nº 6.166/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que seja restabelecido o atendimento presencial das agências do instituto no interior do Estado, com os devidos protocolos de prevenção da covid-19, especialmente no Município de Poços de Caldas, onde os beneficiários estão com muita dificuldade para acesso à marcação de consultas e a outros procedimentos disponibilizados por essa autarquia. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no Diário do Legislativo do dia 21/3/2020.)

Nº 6.168/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação realizada em 18/8/2020, que resultou na apreensão de 450 barras de maconha escondidas dentro de dois carros, no Bairro Havaí, em Belo Horizonte. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.169/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os militares da Companhia de Comando da 4ª Região Militar pela realização de ações preparatórias para as medidas preventivas de controle à pandemia da covid-19 e atividades de desinfecção em locais públicos com grande circulação de pessoas na capital mineira, a exemplo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais no dia 19 de agosto de 2020. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no Diário do Legislativo do dia 21/3/2020.)

Nº 6.170/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que promovam as necessárias nomeações dos candidatos excedentes classificados no concurso para a carreira de escrivão da Polícia Civil do Estado, tendo em vista as recentes vacâncias geradas por atos de aposentadorias e o déficit de servidores dessa carreira na instituição. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.171/2020, do deputado Carlos Pimenta, em que requer a inserção, nos anais da Casa, da matéria “Sem cortejo centenário”, do jornalista Luiz Ribeiro, publicada no jornal *Estado de Minas*, em 10/8/2020, sobre o cancelamento das atividades presenciais das tradicionais Festas de Agosto em Montes Claros. (– À Mesa da Assembleia.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 887/2020

Do deputado Sargento Rodrigues, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 66/2017, do deputado Coronel Piccinini.

Oradores Inscritos

O presidente – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Leandro Genaro.

O deputado Leandro Genaro – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, deputados, deputadas e também aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia.

É muito bom, é uma alegria muito grande poder falar nesta tarde sabendo que está sentado aí, na presidência desta reunião, o pastor Carlos Henrique, meu irmão em Cristo e meu dileto amigo e companheiro. Eu quero falar um pouquinho, deputado Carlos Henrique, sobre a Igreja Evangélica nesse tempo de pandemia. Aqueles que já me conhecem há um pouco mais de tempo sabem que eu demoro para falar, porque antes prefiro observar os fatos, acompanhar os acontecimentos, ouvir as pessoas e ver o desenrolar das coisas. Eu poderia falar de forma geral dos templos religiosos. Nós reconhecemos a importância de todo tipo de fé, não temos preconceito nem julgamentos em relação à fé de ninguém, mas cada um de nós tem e deve preservar a sua própria fé. Então, quero me reservar o direito de, como representante dos evangélicos, em especial da Igreja do Evangelho Quadrangular, na Assembleia

Legislativa do Estado de Minas Gerais, falar um pouco sobre a igreja nesse período de pandemia. Agora, já estamos há cinco meses de pandemia em curso.

A Igreja Evangélica, desde o primeiro momento, quando ainda nem havia decreto impedindo que o culto presencial fosse feito, o que eu observo – meu companheiro Zé Reis está aí; estou vendo você aqui – é que ela se colocou ao lado do poder público para cooperar. Eu mesmo sou pastor de uma igreja local e tão logo tomei conhecimento da proporção do que estava acontecendo, independente de decreto, interrompi durante algumas semanas a reunião presencial tanto durante a semana quanto aos domingos. A igreja é um lugar de refúgio da alma. Se no supermercado eu compro alimento para o corpo, na igreja eu encontro alimento para a alma. É por isso que o nosso presidente já declarou, e vários municípios reconheceram, que a igreja é um serviço essencial. E essencial, no significado da palavra, na etimologia da palavra, é aquilo que eu não posso ficar sem; é aquilo que me faz extrema falta, é aquilo de que eu careço. E quem tem fé carece de alimentá-la; quem tem fé carece de ouvir palavras e receber orações ou, enfim, seja qual for o nome que você acha. Quem tem fé precisa se alimentar também. A igreja, além disso, contribui na conscientização, orientando a comunidade, orientando as pessoas sobre como proceder nesse momento.

Eu tenho observado, não só a minha igreja, mas várias igrejas em que a grande maioria é colaboradora do Estado, orienta os fiéis, respeita as determinações, é submissa, porque este é um dos conceitos que aprendemos na igreja: existe autoridade e também existe submissão. A igreja é submissa àquilo que é colocado pelas autoridades municipais, estaduais e pela autoridade máxima na Federação. Eu quero aqui lembrar que é na fé que as pessoas encontram alento num tempo como este. Mesmo que a gente já esteja agora, há cinco meses depois do início, nós ainda sentimos que as coisas estão longe de voltar ao normal que nós conhecíamos ou talvez nem voltem ao normal que nós conhecíamos. Estamos diante do que estão chamando de novo normal. Nesse contexto, a igreja oferece ajuda e alívio tanto espiritual como emocional.

O que eu quero dizer com tudo isso que estou falando aqui? Que é lamentável, Sr. Presidente, telespectadores da TV Assembleia, observar que alguns prefeitos, em Minas Gerais, ainda não compreenderam a importância da igreja. Alguns prefeitos já abriram quase tudo na cidade, mas não flexibilizaram em nada para as igrejas, ou quando flexibilizam, é algo muito insignificante. Eu acredito que essa flexibilização tem que acontecer considerando a proporcionalidade. Uma igreja em que cabem mil pessoas, e há um decreto que diz que a igreja só pode ter 30 pessoas no culto. Ora, uma igreja que em cabem mil pessoas, 30 pessoas é um número insignificante.

Então eu advogo que cada município deveria observar a proporção. Se é 10%, se é 15%... Eu acredito que 30%, na atual situação, é um número razoável para que os cultos possam ser realizados. Uma igreja em que cabem mil pessoas, com distanciamento, respeitando as normas de prevenção, pode, sem problema algum, fazer um culto com um número maior que 100 pessoas, 150 pessoas, 200 pessoas. E há, ainda, Sr. Presidente, há alguns municípios que não permitem o culto presencial. Há outros que permitem apenas no domingo, em um horário só.

Ora, esses municípios, na sua maioria, já abriram o comércio, já voltaram com várias atividades que são do cotidiano, mas a igreja está sendo preterida. Então, a minha palavra, a minha fala aqui hoje é protestar contra isso, é dar um alerta aos senhores prefeitos, porque boa parte deles estão se colocando como pretensos candidatos à reeleição. A igreja evangélica tem um peso muito grande hoje, no Brasil e em Minas Gerais.

Vou dar um exemplo de um município que conhecemos bem, tanto eu como o deputado Carlos Henrique, o Município de Ribeirão das Neves. O número de evangélicos na cidade é o maior do Estado de Minas Gerais. Graças a Deus, lá, nós não temos tantos problemas, mas estou falando aqui de forma geral. Prefeitos, líderes deem atenção para aquilo que as igrejas estão reivindicando. Eu tenho notícia... Eu prefiro, Sr. Presidente, não citar uma cidade em especial, mas eu tenho notícia de várias cidades em que os prefeitos ainda estão resistindo à reabertura das igrejas. As igrejas são parceiras no combate ao coronavírus. A igreja é e sempre foi parceira do Poder Público.

Eu fui, durante um tempo do meu primeiro mandato, da comissão que trata do combate ao crack e outras drogas. E não há nenhuma instituição, não há nenhuma instituição que dê conta de cuidar e encaminhar à recuperação tantas pessoas como a igreja e as comunidades a ela ligadas. Então a igreja tem o seu papel, precisa ser respeitada e precisa ser reconhecida pelo poder público. Aqui a minha fala é especificamente a alguns prefeitos que estão ainda resistindo à flexibilização para as igrejas.

Não vou falar mais do que já falei, já disse aqui o que eu queria falar, quero agradecer e dizer para você que está me acompanhando aí, principalmente você evangélico que está me acompanhando aí na TV Assembleia: como é que o seu prefeito, que está se colocando como pré-candidato à reeleição, tem tratado as igrejas evangélicas aí no seu município? Observe isso antes de tomar a sua decisão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Leandro Genaro.

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Coronel Henrique.

O deputado Coronel Henrique – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e população mineira, que nos acompanha pela TV Assembleia.

As palavras iniciais, Sr. Presidente, são de agradecimento. Agradecimento às tropas da 4ª Região Militar, que ontem, quarta-feira, estiveram aí na nossa Assembleia, realizando atividades de desinfecção do ambiente, utilizando homens especializados para tal fim, homens treinados pelo nosso Batalhão de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear do Exército. Então venho fazer esse agradecimento às vésperas do Dia do Soldado, que será comemorado no próximo dia 25 de agosto, dia do nascimento do patrono do Exército Brasileiro, Duque de Caxias.

Eu agradeço ao general de divisão Jorge Antonio Smicelato, nosso novo comandante da 4ª Região Militar. Jorge Smicelato assumiu no final do mês de julho o comando da 4ª Região Militar e já continua prestando serviço para o povo de Minas, com as ações da tropa do Exército. Também executara desinfecção no nosso Mercado Central, na rodoviária e no Hospital Madre Teresa, fazendo um trabalho anônimo e silente, tanto que ontem esse serviço foi realizado aí na Assembleia Legislativa, às 5h30min da manhã. Às 5h30min da manhã, a tropa chegou e, às 6h30min, já tinha ido embora. Então fica aqui o meu reconhecimento para esses anônimos que prestam esse serviço, o braço forte e a mão amiga do nosso Exército Brasileiro.

Neste dia também, Sr. Presidente, nós não poderíamos deixar de comemorar e de agradecer a sensibilidade do comitê de enfrentamento da pandemia ao novo coronavírus, do governo do Estado, especialmente ao secretário de Estado de Saúde, Dr. Carlos Eduardo, que nos recebeu, já por duas vezes, em reuniões específicas, para que pudéssemos flexibilizar o retorno das práticas esportivas no Estado de Minas Gerais. Ontem, o governo anunciou, e, hoje, de forma oficial, a flexibilização da abertura das academias e dos clubes esportivos dentro do programa Minas Consciente, colocando esses importantes setores que promovem a saúde da nossa população, através da prática esportiva, dentro da onda amarela. Então, a partir do próximo sábado, cerca de 600 cidades mineiras já poderão iniciar, de forma gradual e segura, seguindo todos os protocolos de segurança, e resgatar essa atividade, que não só tem um peso muito importante na saúde física e emocional da nossa gente como tem um aspecto econômico muito importante.

Sr. Presidente, no Estado de Minas, nós temos cerca de 7 mil academias, que fornecem cerca de 15 empregos diretos e outros 25 empregos indiretos. Nós estamos falando de mais de 100 mil empregos diretos e mais de 200 mil empregos indiretos relacionados com a prática esportiva dentro das nossas academias. As academias, diferentemente do que alguns podem pensar, de serem entretenimento ou serem questões de estética, são ambientes de saúde, que são muito bem coordenados pelos nossos educadores físicos, que, no Estado de Minas Gerais, são mais de 45 mil inscritos no nosso Conselho Regional de Educação Física. Esses profissionais, durante 150 dias, ficaram impedidos de realizar sua atividade profissional, em benefício da segurança da população mineira. Mas já é hora do retorno. Desde junho tratamos desse tema em audiência pública na Comissão de Esporte, Lazer e Juventude. No mês de julho tivemos a oportunidade de encaminhar um requerimento solicitando a flexibilização e a retirada das

academias, que antes ocupavam uma região lá na antiga zona roxa, no modelo antigo do Minas Consciente, para que pudesse permitir que essa atividade retornasse.

Então estamos comemorando hoje essa conquista do esporte mineiro, essa conquista desses profissionais que trabalham para o bem da nossa gente. Mais do que uma atividade econômica, trata-se de uma atividade de promoção da saúde.

Outra pauta positiva, Sr. Presidente, neste momento também, e, por coincidência, também no dia de ontem, uma agenda positiva para o nosso estado: o governador Romeu Zema ontem assinou o decreto que regulamenta a lei dos queijos artesanais. Os queijos artesanais são patrimônios do Estado de Minas Gerais; seu modo de preparo é reconhecido não só pelo Iphan, como também pelo Iepha. Neste momento era necessário que a lei fosse regulamentada, e isso passa a ser um divisor de águas nesse setor. Para que as pessoas que estão nos acompanhando entendam a importância dessa regulamentação, o nosso queijo minas artesanal tem o seu modo próprio de ser feito. E é feito com leite cru, tanto de vaca, quanto de cabras, ovelhas e búfalas. E esse leite cru exige normas importantes de segurança sanitária dos rebanhos, para que não seja um veiculador de doenças, que são as nossas zoonoses, que são as doenças que são transmitidas dos animais para o homem. Então essa regulamentação das práticas sanitárias era muito importante, pois Minas Gerais, através dos seus mais de 30 mil produtores de queijo, de 30 mil empreendedores rurais, terá a oportunidade de oferecer esse produto, de forma regulamentar, para a nossa população, protegendo a saúde das pessoas, através do papel muito importante do nosso Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da nossa Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

E mando um abraço para a nossa secretária Ana Maria Valentino, que foi uma verdadeira guerreira na condução desse processo. E destaco todas as agências vinculadas à Seapa; a nossa Emater, com o seu importantíssimo papel de extensão rural; a nossa Epamig, com as pesquisas relativas ao tema; e sobretudo o nosso Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, que tem o seu olhar atento sobre a qualidade dos produtos de origem animal que são comercializados em Minas Gerais. É um momento marcante para Minas Gerais, é um momento marcante para a Assembleia Legislativa de Minas, que, durante todo esse processo, participou dessa construção de uma lei que vem sendo aperfeiçoada desde 2002, e que agora ganha a sua regulamentação definitiva.

Ontem participamos do evento da assinatura do decreto pelo governador e tivemos a grata alegria de participar, junto com o nosso eterno ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, que, naquela oportunidade, relatou que, em 1971, quando era secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, trouxe a Minas Gerais um mestre queijeiro da França, para que ele trouxesse a impressão do mercado internacional sobre o nosso produto.

E, desde aquele momento, esse processo se iniciou, culminando no ano passado, quando os nossos queijos estiveram participando do mundial da França, e 51 deles foram premiados, mostrando a qualidade e a capacidade que o povo de Minas Gerais tem de produzir riquezas para o Brasil. É uma aspiração nossa, Sr. Presidente, que Minas Gerais pare de exportar commodities, pare de exportar somente café como *commodity*, pare de exportar leite em pó como *commodity* e possa começar a exportar os seus produtos com valor agregado.

Essa lei tem uma importância enorme, vai gerar emprego e renda para a nossa população nesse momento tão difícil em que todos – o Estado de Minas, o Executivo e nós, no trabalho na Comissão de Agropecuária e Agroindústria da Assembleia Legislativa – temos que buscar pautas positivas, pois só assim conseguiremos resgatar a dignidade do produtor, sem distinção entre o pequeno, o médio e o grande. Todos são produtores rurais, todos deram demonstrações, nesses últimos 150 dias, de que estão lá, de forma anônima, produzido o alimento que em momento algum faltou nas prateleiras dos nossos supermercados. O nosso produtor rural precisa ser valorizado pela cidade, pelo setor urbano. Ele é que foi, é e sempre será a mola propulsora da nossa economia.

E nós precisamos lutar por mais agendas positivas, Sr. Presidente. Mais uma vez visando gerar emprego e renda para a nossa população, apresentei um projeto de lei que cria o programa Minas Forte, que é um programa de incentivo aos consórcios intermunicipais agropecuários. É uma oportunidade que o governo federal deu, através da publicação de um decreto, e que permite aos consórcios intermunicipais terem o seu serviço de inspeção municipal, permite que esses municípios consorciados e articulados

entre eles possam comercializar os seus produtos de origem animal dentro do consórcio. Isso abre uma enorme perspectiva para que aumentemos a nossa capacidade de comercialização.

Esse projeto de lei busca a articulação entre parcerias público-privadas – mais uma vez, lembro-me aqui do programa Minas Forte: a presença do nosso Sebrae, a presença do Ministério da Agricultura e a presença do Ministério Público, que é um interessado em que os produtos de origem animal tenham qualidade e segurança para nossa população. É um incentivo para que cada município, aquele pequeno município que às vezes não tem renda suficiente para estruturar um serviço de inspeção municipal, que essa atividade possa acontecer dentro de um consórcio. Essa atividade consorciada permitirá que cada município tenha a sua atividade regular de inspeção, tirando da clandestinidade diversas agroindústrias, diversos pequenos produtores que hoje comercializam seus produtos sem tirar nota fiscal, sem gerar divisas, sem gerar imposto para o seu município. É uma parceria de ganha-ganha. Ganha o produtor, ganha o município e, sobretudo, ganha a população mineira, que terá cada vez mais produtos de qualidade, e com qualidade sanitária, principalmente.

É esse paradigma, Sr. Presidente, que nós viveremos a partir de agora. É saber equilibrar esse retorno pós-pandemia e todas as preocupações sanitárias que nós deveremos aumentar de agora para a frente. Ganha valor a qualidade sanitária de todos os nossos produtos. A valorização dos profissionais que trabalham diretamente nessa cadeia tão importante, que demonstrou, nesse momento, que está apta a responder às necessidades de Minas Gerais e do Brasil, colocando o Brasil não só como o futuro celeiro do mundo, porque hoje já somos o celeiro do mundo; e temos que incentivar e, cada vez mais, defender a nossa agropecuária, defender o produtor rural, que é o maior interessado na proteção do nosso meio ambiente. Somente com um meio ambiente protegido, com sustentabilidade e integração entre todos esses entes é que nós conseguiremos gerar renda, gerar emprego e gerar melhoria de vida para a nossa gente.

Encerro as minhas palavras, Sr. Presidente, mais uma vez, agradecendo ao senhor e parabenizando-o pela condução desta sessão e desejando que Minas Gerais respire novos ares. Além disso, que possamos sair fortalecidos, com a Assembleia Legislativa produzindo agendas positivas para que a autoestima e o otimismo contagiem cada um de nós neste momento tão difícil. A certeza de que sairemos dessa é a força que cada mineira e que cada mineiro precisam neste momento de retomada. Muito obrigado. Tenham todos uma boa tarde.

O presidente – Obrigado, deputado Coronel Henrique. Parabéns pela apresentação dessa proposta do Minas Forte. Certamente o conjunto de deputados saberá avaliar e aprovar essa belíssima ideia apresentada por V. Exa.

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Zé Reis.

O deputado Zé Reis – Sr. Presidente, demais colegas e todos que nos assistem pelas redes digitais, muito boa tarde. É uma satisfação vê-lo, ainda que de forma remota, mas é sempre bom estar aqui e rever a deputada Celise, os demais que me antecederam, como o Coronel Henrique e o nosso pastor Genaro. É uma satisfação imensa, presidente. (– É interrompido.)

O presidente – Deputado Zé Reis, eu vou interrompê-lo, pois está tendo... Solicito a V. Exa. que retire o fone de ouvido porque ele está abafando um pouco a sua fala, por gentileza.

O deputado Zé Reis – Sr. Presidente.

O presidente – Melhorou.

O deputado Zé Reis – São as agruras da tecnologia. (– Risos.) Mais uma vez, o meu muito obrigado e parabéns pela condução dos trabalhos. Quero aqui, mais uma vez, reiterar e cumprimentar todos que nos assistem pelas redes digitais e, não diferente, todos os companheiros, deputados presentes nesta sessão.

A palavra de ordem, Sr. Presidente, apesar da distância, apesar do vírus, apesar do temor de morrer pelo qual passamos nos últimos dias, nos últimos meses, temor de um vírus maluco que aparece, a palavra de hoje é “gradidão”. É um agradecimento muito

especial ao governador Romeu Zema. Apesar dos pesares, apesar das limitações, das dificuldades, apesar de ver indústrias fechadas e da limitação financeira do Estado, o governador Romeu Zema tem nos brindado com gratos e felizes atos e conduções no Estado de Minas Gerais.

Na semana passada, juntamente com o secretário Igor Eto, a quem quero abraçar de forma muito apertada, e da mesma forma os demais secretários – apertado no sentido de calor, de calor humano, no sentido de gratidão –, pela forma como vêm conduzindo os trabalhos, e juntamente com o nosso líder Tadeuzinho, da bancada do Norte, fomos a Brasília de Minas, cidade pequenininha, onde tivemos a oportunidade de entregar a toda a população do Norte de Minas um volume triplicado da quantidade de leitos de UTI e CTI para a nossa região. Saímos de 10 para 30 numa cidade pequenininha, algo inimaginável há até pouco tempo. O governador teve a honra de vir de corpo presente mesmo com todas as limitações, juntamente com o Carlos, secretário de Saúde; juntamente com o Pacelli; juntamente com o Igor Eto, secretário de Governo, a quem reitero a minha gratidão e os meus parabéns pela condução.

E ali, Sr. Presidente, quando decolávamos de Brasília de Minas, sobrevoando-a, olhávamos para uma cidade tão pequena e que hoje recebe mais de 20 leitos de UTI, o que renova a nossa esperança de trabalho, de trabalhar ainda mais por todas as regiões do Estado de Minas Gerais, especialmente pelo Norte de Minas e pela minha cidade de Januária, cidade-mãe, cidade-polo que renova a esperança em dias melhores. Um ato simples, talvez, para o governador, que saiu de Governador Valadares direto para Brasília de Minas, mas um passo muito grande para o Norte de Minas e para a nossa região e um grande trabalho para nós, que somos de primeiro mandato.

Também, Sr. Presidente, é motivo do meu agradecimento, de muita gratidão o seguinte: hoje, às 6 horas da manhã, saía da cidade de Januária e encontrei uma equipe de engenharia da empresa IPC Engenharia que estava fazendo um trabalho de campo para a elaboração do projeto da MGC – 479, que interliga Brasília ao Norte de Minas – um trecho de quase 600km do Rio São Francisco, sem haver sequer uma única ligação. Esse era um sonho de Juscelino Kubitschek, quando criou essa MG há 60 anos, e hoje dão os primeiros passos: vão tirar do papel, aliás, vão colocar no papel os cálculos matemáticos e de engenharia de tamanho sonho que se transformará em realidade e que transformará essa região como um todo. Ela sairá do lugar de uma região da seca, de uma região de miséria, de uma região dos coitadinhos para ser uma região que exportará para todo o mundo, pois a nossa geografia permite, com o segundo entrocamento rodoviário, que fica localizado em Montes Claros, e com a nossa linha férrea, muita defendida pelo nosso deputado João Leite, interligando-nos ao Porto de Ilhéus, interligando-nos à Ferrovia Norte-Sul, ao porto do Maranhão, ao porto da Bahia e, da mesma forma, ao do Espírito Santo.

E, por último e não menos importante, colocou com muita propriedade o presidente da Comissão de Agropecuária, o nosso querido Coronel Henrique, com relação ao Decreto nº 44.024, coincidentemente da data de ontem. Esse decreto estabelece as condições para a produção e a comercialização de produtos, determinando normas sanitárias, boas práticas agropecuárias e de fabricação para garantir a qualidade do queijo. O senhor tem ideia, Sr. Presidente e todos que nos assistem neste momento, da profundidade desse decreto? Toda nossa gente que produz queijo, inclusive até a data de ontem, tinha que sair para vender esse produto em São Paulo, embrulhado em uma caixinha ou colocado em um tubo de cano PVC; tinha que levá-lo, às escondidas, como se bandido fosse para São Paulo e outros estados. Muitas vezes, cargas inteiras eram apreendidas, e o produtor era tratado como bandido. Ou seja, o governador Romeu Zema, apesar de todas as dificuldades, está agindo de forma extraordinária; e isso aqui remonta ao nosso pedido, por isso o nosso agradecimento.

No dia 29 de julho do ano passado, nós estávamos inaugurando, juntamente com o nosso deputado federal Marcelo Aro, a quem quero aqui estender a minha gratidão... Por meio da nossa parceria, conseguimos inaugurar um laboratório de análise da qualidade do leite e seus derivados, na cidade de Porteirinha. E deixo o meu agradecimento a toda a Associação Comercial e Industrial de Porteirinha, Aciport, e também ao vereador Hermínio, à secretária Rosy, enfim, a toda a equipe e diretoria da Aciport, composta

por mais de 196 empresas filiadas. Então, é o nosso trabalho como parlamentar surtindo efeito na vida do cidadão; por isso, a minha gratidão e esse dia extraordinário e especial.

Quero aqui, mais uma vez, reiterar o meu desejo de poder trabalhar ainda mais pelo Norte de Minas, ainda mais pela Serra Geral, ainda mais pelo sertão. Que o sertão possa virar mar; e o mar, virar sertão. Um forte abraço, presidente; e, a todos, um grande abraço.

O presidente – Obrigado, deputado Zé Reis, um abraço a todos aí do Norte de Minas. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Glaycon Franco.

O deputado Glaycon Franco – Sr. Presidente, pode me ouvir?

O presidente – Perfeitamente, deputado.

O deputado Glaycon Franco – Gostaria inicialmente de saudá-lo, amigo deputado Carlos Henrique, uma referência para nós nesta Casa. Sr. Presidente, demais deputados, demais deputadas, distinto público que nos acompanha pela TV Assembleia e pelas demais mídias sociais. Inicialmente queria cumprimentar, por sua fala, o nosso querido Coronel Henrique. Sem sombra de dúvidas, como ressaltou o nosso deputado Zé Reis, esse decreto que o governador Zema – e gostaria também de saudá-lo, juntamente com a sua equipe e a Secretaria de Agricultura – assinou, regulamentando a nossa famosa lei do queijo artesanal.

Hoje para o produtor, o pequeno e médio comerciante de queijo, vai ser um dia marcante na vida dessas pessoas. Falo isso com muita tranquilidade. Sabe, Carlos? Sou filho de produtor rural. Meu pai inclusive ajudou a educar seis filhos, quatro médicos. Muitas vezes, em momentos difíceis da vida, ele produziu queijo, que tinha um valor maior agregado, para ajudar a custear os nossos estudos. Então é um dia, é um divisor de águas na vida do homem do campo, do produtor de leite e das pessoas que vivem desse mercado. Então está de parabéns nosso governador Zema.

Mas o que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, demais deputados, é para falar aqui hoje sobre o lançamento da Frente Parlamentar Minas China. No dia 18 agora, na minha opinião e com certeza na opinião dos demais deputados... E eu gostaria de agradecer todos os 47 deputados que foram signatários dessa frente parlamentar, inclusive deputados de várias denominações partidárias; 17 partidos políticos se fizeram representar. Fizemos o lançamento, na terça-feira, dia 18. Como parte integrante desse evento, temos a conexão Minas-China, que marca a primeira semana da China no Estado. No sábado anterior, no dia 15 de agosto, foi comemorado, e foi o que motivou nós estarmos lançando a frente nesta semana, o Dia Nacional da Imigração Chinesa, criado pela Lei Federal nº 13.686, de 2018, que marca a primeira entrada oficial chinesa no Brasil. Foi em 15 agosto de 1900, ou melhor dizendo, já se vão aí 120 anos de que um grupo formado por 107 pessoas desembarcaram no Vapor Malange, no porto do Rio de Janeiro com destino a São Paulo.

Por ocasião do lançamento da frente, feito totalmente de forma virtual, estiveram presentes vários deputados e deputadas, o nosso querido amigo, ex-deputado estadual e hoje vice-prefeito da nossa capital mineira, Paulo Lamac, e diversos empresários mineiros e chineses. Em especial, gostaria de ressaltar também, a presença do cônsul-geral da China no Rio de Janeiro, com jurisdição consular sobre o território de Minas Gerais, o Sr. Li Yang. Em sua fala, o cônsul evidenciou a importância de Minas Gerais para a economia chinesa.

Chamou nossa atenção sua demonstração de conhecimento e de valorização dos nossos produtos naquele mercado, como sinônimo de qualidade. O café mineiro, para os senhores e senhoras terem uma ideia, é um produto que caiu no gosto do consumidor chinês. Para se ter uma ideia, a cada dois dias, são abertas 10 cafeterias no país, em um mercado em que nós somos destaque mundial pela nossa produção.

Os investimentos chineses em nosso estado estão em crescimento notável. Na região Norte de Minas, está em fase de licenciamento ambiental um ousado projeto Bloco 8, com tecnologia moderna e segura para extrair minério, dirigido pela empresa Sul-Americana de Metais, a SAM, controlada por grupos chineses. O investimento previsto é de mais de US\$2.100.000.000,00, o que

na cotação de hoje representa R\$11.600.000.000,00. A empresa pretende produzir 30 milhões de toneladas por ano de pellet feed, uma espécie de minério com grãos finos, com alta concentração de ferro.

Já no Sul de Minas, Sr. Presidente, em Pouso Alegre, desponta uma nova gigante: a XCMG, um empreendimento que consumiu, desde o início das suas obras, em 2012, US\$200.000.000,00, o equivalente a R\$1.100.000.000,00. Em 2010, o PIB da cidade girava em torno de R\$3.000.000.000,00. No ano passado, segundo o governo municipal, foi R\$8.300.000.000,00. Em 1º de julho de 2020, começou a operar também o banco da XCMG, que tem expectativa de movimentar entre R\$400.000.000,00 a R\$500.000.000,00 em operações de crédito, já em seu primeiro ano de funcionamento.

A China tem sido parceira em vários empreendimentos brasileiros, em várias unidades da Federação, recebendo diversas delegações de estados brasileiros em 2019. Como exemplo, podemos citar o caso de Alagoas, que assegurou R\$276.500.000,00 para instalação e ampliação de empresa chinesa. São Paulo conquistou mercado para sua indústria calçadista e R\$137.000.000.000,00 em compromissos firmados com empresas públicas e privadas, entre instalação de fábricas e investimentos em infraestrutura. Os paulistas ainda instalaram o escritório da agência estadual de investimento em Xangai, ou seja, uma das primeiras medidas do governo atual de São Paulo, foi instalar um escritório de representação na China. Colocam-se na vanguarda estados que promovem a inserção de suas economias no mundo, trazendo benefícios para o setor privado, público, e para toda a população.

Já está passando do momento, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, de nos apresentarmos, comercialmente, a esses nossos parceiros, com maior ênfase. Produzimos produtos que são genuínos, de grande qualidade, e muitos deles organizados em arranjos produtivos locais de grande sucesso. Poderemos citar aí os casos da APL de lingerie, na cidade de Juruáia, e podemos citar também o outro exemplo, o arranjo produtivo das indústrias de mobiliário no Município de Ubá, que agrega 350 fábricas de móveis residenciais e de escritório. O setor emprega mais de 13 mil trabalhadores. Aliás, o setor produziu, só em 2015, 28 milhões de peças. Podemos citar outro exemplo exitoso: o APL eletroeletrônico, que projetou Santa Rita do Sapucaí no cenário tecnológico nacional. E há muitos outros exemplos, presidente, com grandes chances de ter grande participação nesse intercâmbio que pode ser promovido entre Minas Gerais e a China, não somente aumentando as exportações, mas também atraindo empresas, gerando emprego, renda, além de proporcionar grandes oportunidades para o compartilhamento de tecnologias avançadas.

Como essas iniciativas poderiam ser potencializadas pelo comércio internacional? Essa é uma grande pergunta. Certamente uma dessas iniciativas é não descuidar do mercado de um país que possui a estimativa de 1.400.000.000 de habitantes em 2020. Além do mais, é a 2ª economia do Planeta, e caminha a passos largos para se tornar, em breve, a 1ª economia.

Outro fator é o perfil de nossas exportações, que é de produtos primários. Não podemos, porém, ficar focados na negociação de commodities. Precisamos movimentar, para mudar esse perfil, sobretudo para reverter o processo de desindustrialização que acomete não só o Brasil, mas também, e infelizmente, o nosso Estado de Minas Gerais, o que tem prejudicado, e muito, a nossa economia.

Aliás, presidente, esse foi o assunto central do Webinar Investimentos e Comércio Exterior, promovido pela Vice-Governadoria do Estado de Minas Gerais, com participação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, a nossa Apex-Brasil, do BDMG e do Indi, agora em junho deste ano. Na ocasião, o presidente do Indi, o Sr. Thiago Toscano, destacou as ações do governo do Estado em busca do fortalecimento de outras áreas, não apenas as tradicionais, como mineração, siderurgia e agronegócio. Ele citou como potenciais áreas a área aeroespacial, eletrônica, tecnologia da informação, ciências da vida, abrangendo fármacos e medicamentos, todas de elevado valor agregado.

Nas palavras do Sr. Thiago Toscano, abre aspas: “A necessidade de diversificação da economia mineira é debatida há anos. Já temos os caminhos, os setores e as regiões. Não é uma questão política, mas técnica. São áreas ancoradas e alavancadas pelo mundo global, dotadas de logística rápida e que contam agora, no caso de Minas Gerais, com o aeroporto-indústria recentemente inaugurado no aeroporto internacional de Belo Horizonte”, fecha aspas.

O setor financeiro de fomento também está atento. O Dr. Sérgio Gusmão, presidente do BDMG, na segunda-feira passada, em entrevista ao jornal O Tempo, enfatizou as potencialidades de estreitarmos as relações, em especial, na área de energias renováveis, bem como valorizou o papel do NBD, o novo banco do Brics, que se consolida como importante instrumento de desenvolvimento econômico, por meio de créditos e de investimentos em áreas estratégicas.

Mas, Sr. Presidente, fica a pergunta: como facilitar o contato entre as partes? Como construir essa ponte? A província chinesa de Yangzhou mantém relações muito próximas conosco, em termos nominais. É para lá que enviamos parte significativa do que exportamos para a China. A frente parlamentar poderá ajudar, e muito, somando-se aos empresários, produtores, lideranças políticas e representações diplomáticas, na efetivação de um escritório de representação comercial de Minas Gerais, na China, e, em especial, naquela região. Esse escritório facilitaria o intercâmbio, o atendimento aos municípios e aos pequenos e médios empreendedores, funcionando como ponto de apoio, já que as grandes empresas possuem condições de manter grandes estruturas de acesso ao mercado internacional.

Queremos maior proximidade com esse mercado, que é uma fatia importante das nossas importações. Segundo dados da Fiemg, para o primeiro trimestre deste ano, a China é destinatária de 27,1% do total das exportações de Minas Gerais. Em seguida vêm os Estados Unidos, com 9,1%; os países baixos, a Holanda, 5%; o Canadá, 4,9%; o Japão, 4,7%; e Alemanha, 4,5%. Então, gente, não dá para ignorar um parceiro comercial dessa envergadura. É por esse motivo, Sr. Presidente, já concluindo, que julgo que vale o empenho de envidarmos esforços em torno da Frente Parlamentar Minas-China, sobretudo para caminharmos contra a desindustrialização, aumentarmos as exportações, atraírmos novos investimentos, compartilharmos novas tecnologias e promovermos o desenvolvimento econômico de nosso estado, principalmente nesse grave momento de pandemia, que superaremos, é verdade, mas que será seguido, com certeza, pelo agravamento econômico no período pós-pandemia. Certamente, essa iniciativa, com o apoio dos nossos pares e do presidente desta Casa...

Eu gostaria de ressaltar a participação efetiva do nosso querido amigo presidente, deputado Agostinho Patrus, que inclusive se fez presente através de um vídeo e manifestou total apoio ao lançamento da frente. Nós, com certeza, podemos contribuir, e contribuir muito, para a diminuição do impacto econômico e do agravamento da condição financeira de Minas Gerais. Por tudo isso é que considero, Sr. Presidente, já finalizando, que a última terça-feira, dia 18, foi um dia importante para esta Casa, pois fizemos o lançamento da Frente Parlamentar Minas-China. Não podemos descansar quando a meta é a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da nossa querida terra de Minas Gerais. Que Deus nos abençoe nessa empreitada! Obrigada, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

O presidente – Obrigado, deputado Glaycon. Um forte abraço para você. Saudade! Apareça, viu?

A próxima oradora inscrita é a deputada Andréia de Jesus. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Andréia de Jesus (– Pausa.) Está mudo aqui, deputada. Peço a senhora que desative o seu mute, por favor.

A deputada Andréia de Jesus – Ah, sim!

O presidente – Agora sim, estamos ouvindo-a.

A deputada Andréia de Jesus – É o desafio da tecnologia. Boa tarde, presidente; boa tarde, deputadas e deputados; boa tarde, aqueles que nos assistem. O motivo de eu ocupar esta tribuna não é diferente do motivo dos meus colegas. Eu também quero falar de mercado, mas quero começar trazendo uma preocupação que dialoga muito com que o papa falou esta semana. Nós já estamos falando de economia, de aquecimento do mercado, e de fato há uma disputa internacional em relação à vacina da Covid. Então, quero fazer minhas as palavras do papa. Quero que de fato essa vacina atenda a todos. Queremos saber se ela vai ser distribuída para ricos e para pobres, se ela vai chegar com doses suficientes para todos. Inclusive aqui, em Ribeirão das Neves, que já foi citada hoje, a cidade onde vivo, eu cobro muito do prefeito atitudes humanas com as pessoas que moram na periferia. Que essa vacina também chegue até as cidades, para que as pessoas de fato possam voltar a sonhar, fazer projetos.

E é para projetos e sonhos que eu quero também chamar a atenção. Eu ainda me sinto fraturada com as várias cenas que nos últimos dias vêm se desenhando no nosso estado. Eu comecei falando do papa na Itália, dos desafios do mercado em relação à disputa da vacina, da patente da vacina, aonde ela vai chegar. Mas o Estado de Minas Gerais continua fraturado, ainda continua sob a disputa de grandes latifundiários, de herdeiros escravocratas, colonizadores. Esse cenário não muda no nosso estado, não é? Nós precisamos trazer essas narrativas que ficam muitas vezes apagadas, como se a história da desigualdade social, que está tão aprofundada, pudesse ser apagada só com palavras de otimismo. Nós precisamos de prática. Vivemos uma insanidade coletiva, que faz apagar muitas vezes com palavras de ódio o sentido da humanidade. Muitas vezes a humanidade, a compaixão, a fraternidade... Eu falo tudo isso porque a realidade é muito perversa com os trabalhadores ao serem chamados de vagabundos.

A gente precisa ressignificar as palavras. Vagar no mundo por falta de oportunidade não é crime. Não há nenhum registro, na nossa legislação, de que vagabundagem ou qualquer outro tipo de prática de ócio possa ser crime. Esses xingamentos têm como objetivo, muitas vezes, desumanizar. Precisamos falar de direitos humanos, sociais. Tratar isso como mi-mi-mi é esquecer que o aquecimento da economia precisa de pessoas, pessoas vivas. Essas pessoas comem, essas pessoas se alimentam, essas pessoas precisam de saúde.

Atacar os *gays*: “Gay tem que apanhar”. “As mulheres merecem ser estupradas mesmo se forem feias.” “Negro precisa voltar para a senzala, aprender a trabalhar.” “Por que a ditadura matou tão poucos?” “Por que torturou e não matou?” A gente ouviu isso de autoridades políticas.

Nós temos hoje um País com 105 mil mortos. O que fazer, se uma gripezinha matou 105 mil pessoas? Nós temos um déficit com a humanidade neste momento, o Brasil está em déficit. Essa é a nossa realidade, que fere, que enlouquece, que mata todos nós, todos os dias. A gente está morrendo de Covid-fome, de Covid-bala, de Covid-sede. Eu fico pensando qual é o nosso papel aqui, nós, deputados, nós, da Assembleia, o dos vereadores. Muitos já estão correndo atrás inclusive das igrejas pentecostais para garantir os processos eleitorais, no mesmo formato de antes, sem romper nenhuma estrutura. O estado laico ainda é um desejo.

Penso que esta Casa, nós, congressistas, nós, parlamentares, temos papéis importantes na defesa de um projeto civilizatório; não com uma narrativa única, mas um projeto civilizatório humanitário que discuta, nesse espaço da tribuna, também a humanização das políticas públicas, dos espaços democráticos. Ouvir da tribuna: “Tem que meter borracha, que são vagabundos, invasores, que a propriedade é absoluta.” é um retrocesso; isso jamais pode ser ouvido e naturalizado em espaços democráticos como esta Casa. “Trabalhadores rurais são bandidos, não têm calo na mão.” Eu pergunto por que essas pessoas estão falando dos calos. O nosso corpo é sempre marcado pela nossa luta. O povo negro tem muitas marcas no corpo, não é só calo. Não deveria ser assim, o trabalho não deve nos marcar. Se o trabalho continua marcando os corpos é porque a gente ainda não assimilou a Lei Áurea, quanto mais o direito à propriedade, o direito à vida, o direito à posse. Trabalhadores rurais são trabalhadores, sim, têm as mãos calejadas. Provavelmente muitos que estão aqui não pegaram nessas mãos. Os trabalhadores têm direitos, têm direitos de se organizarem. Manifestação está previsto na Constituição. Eles podem reivindicar direitos usando a voz, usando o corpo, usando performativamente espaços como o da Assembleia Legislativa para ecoar os seus dramas, suas dores. Esta Casa precisa ser um espaço de ecoar as lutas.

Morador de vila e de favelas tem direito a uma moradia digna, tem direito a comer, tem direito à água. Em meio à pandemia as pessoas estão dizendo eu tenho sede. George Floyd parou o mundo dizendo: “Eu não consigo respirar”. No Estado de Minas Gerais, centenas de famílias estão dizendo: “Eu não tenho água”.

Não dá para ficar assim, não dá para uma Casa parlamentar ficar em silêncio sobre isso. E, quando as manifestações aparecem, vêm as manifestações para criminalizar. Não é esse o papel, não cabe mais. As pessoas estão morrendo por falta de oxigênio. O meio ambiente está pedindo um outro projeto, não é esse projeto do “Agro é pop”. Não podemos perder nem negar o direito e o papel desta Casa Legislativa de humanizar os processos, de aprender e de manter a escuta constante. São inconstitucionais

desejos obscuros como o de defender o esquadrão da morte, a barbárie; usar a segurança pública como forma de realizar desejos de balbúrdia, de morte.

Não é esse o papel da segurança pública. Em nenhum lugar, na formação dos agentes de segurança pública, há essa orientação: matar, torturar, esconder, impedir, silenciar, censurar. Isso são crimes! Mesmo não concordando com esse tipo de posicionamento, a gente entende que é resultado de uma herança de séculos. A gente precisa romper isso. Nós estamos construindo um projeto civilizatório com as mulheres negras, com um outro processo eleitoral que não repita o que a gente vem vivendo nesses últimos anos: uma elite sustentada por trabalho e esforço dos outros.

Como eu já disse, eles são herdeiros de capitânias, e esta Casa reproduz isso, e esses herdeiros não podem continuar. Esse modelo já está fracassado. Eu não estou defendendo partido, eu estou defendendo o direito de pessoas serem ouvidas, uma democracia aberta, com uma diversidade de corpos, que hoje ainda é insignificante nesta Casa. Depois de cinco séculos, também vem repetindo a mesma coisa. Os colonialistas usando todo o seu poder, usando todo o poder institucional, para recair sobre pessoas que não têm vez nem voz. Elas estão pedindo o mínimo existencial. O mínimo existencial é fundamental! A carta de direitos humanos reproduz o que a Lei Áurea não deu conta. E até hoje a gente está dizendo a mesma coisa. Qual é o nosso papel? Aonde vamos parar?

Aqui eu estou para representar a voz e o direito daqueles que muitas vezes não puderem pisar nesta Casa. Ocupar esta tribuna, agora, não é representar o partido, não é representar ideologia, é representar corpos que estão clamando por direitos e vão usar os instrumentos que forem necessários para serem ouvidos. São oprimidos, são herdeiros da escravidão.

Aqui eu quero saudar a minha companheira, deputada Beatriz Cerqueira, que tem reforçado o direito de todos os 77 parlamentares desta Casa à liberdade de expressão, à diversidade de cidadania, de solidariedade, de liberdade, de fraternidade. Isso são princípios que desde a Revolução Francesa têm que estar presentes no nosso cotidiano. E este espaço precisa reforçar isso o tempo todo, com palavras, com gestos e com ações.

Estou atordoada ainda como fica qualquer ser humano que vê uma escola sendo destruída nesse período. Ver uma escola ir ao chão é um recado contrário a um projeto de Nação soberana. Nós estamos de luto, porque uma escola veio ao chão durante a pandemia, derrubada pelo próprio Estado. Também não desisto de fazer o meu enfrentamento com aqueles que estiveram e permanecem na luta, permanecem lutando contra toda forma de opressão. Eu sou filha de pais analfabetos. Eu sei o valor da educação; eu sei o valor de ter uma escola; de ter um caderno na mão. Não estou defendendo prédios, não estou defendendo monumentos, estou combatendo algo que é simbólico por trás da derrubada de uma escola dentro de um acampamento, construída pelas mãos daqueles que estavam lá assentados.

Continuamos na luta, aqui no Parlamento, nos acampamentos, com os trabalhadores rurais, com as mulheres, com as ocupações, com aqueles que estão encarcerados, porque o Estado não dá conta de lhes dar oportunidade. Muito pelo contrário, ele usa do encarceramento para controlar as pessoas, usa da segurança pública para controlar a pobreza, para controlar os desafetos. E, com certeza, vou continuar incomodando as mentes e as consciências de quem quer tirar direito, de quem quer tirar a vida. Estas são as minhas palavras, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Andréia de Jesus. Parabéns pelo seu trabalho!

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Betão. Por favor, desative o modo mudo, deputado Betão.

O deputado Betão – Desativado, presidente. Muito obrigado. Pensei que não ia conseguir falar, mas eu queria dividir a minha fala aqui em dois momentos, Sr. Presidente. Primeiro é que eu estou recebendo denúncias de que, na unidade prisional de Ubá, no Presídio de Ubá – é assim que é chamado –, existem vários casos de contaminação pela Covid-19, de presos e também dos trabalhadores que lá estão alocados, os agentes penais. Essa é uma situação que é a realidade dos profissionais da Zona da Mata, lá de Ubá, Manhumirim, Visconde do Rio Branco. E nós estamos apresentando um requerimento, cobrando da Secretaria de Saúde a testagem e o número de pessoas que estão contaminadas na unidade, sejam presos ou trabalhadores. Eu fui informado de que há um

grande número de afastamentos de agentes e profissionais da área de segurança pública ligados aos presídios. Esse número é alto, e não tem sido divulgado. Além dessa questão dos agentes, há também as pessoas que estão presas e, por esse motivo, não podem se isolar, e esse processo crescendo enormemente, em especial no Município de Ubá.

Então eu gostaria de compartilhar essa situação com todos os deputados. Nós estamos apontando esse requerimento, e vamos fazer outros requerimentos também relacionados a essa situação, que não deve estar sendo diferente em todos os outros estados.

Mas, Sr. Presidente, ontem, participando aqui da reunião da Assembleia, diria para o senhor que eu fiquei chocado com as falas dos diversos deputados que tiveram essa possibilidade. Eu não tive condições de me inscrever, ficaria lá para trás, mas fiquei chocado com a forma de tratamento que foi dada a duas situações aqui no Estado de Minas. A primeira é a questão do Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio. Ou há uma desinformação muito grande por parte desses deputados, ou agiram com tamanha hipocrisia, que eu não posso aceitar. Utilizar de uma TV pública, como a TV Assembleia, para disseminar informações falsas, a ponto de dizerem que lá não se produz nada, no Quilombo Campo Grande, naquela área, naquele latifúndio, que quebrou, cujo dono não pagou os salários dos trabalhadores daquela fazenda, que não pagou a rescisão desses trabalhadores, e eles permaneceram na terra para produzirem e terem algum tipo de sustento. É muita desinformação, presidente. A fazenda, o quilombo é o maior exportador de café do Brasil, sem agrotóxico. Exporta para fora do País. Essa é a realidade.

Então a determinação judicial que foi cumprida, para desalojar algumas famílias – e já não são 6, são 14 famílias. E há 8 famílias sem casa neste momento, que estão sendo abrigadas em creches. Fora a destruição da escola. Isso não comoveu nenhum deputado que falou ontem. Além disso, houve um deputado que misturou as questões com a manifestação que houve ontem, aí na Assembleia Legislativa, em que alguns manifestantes de áreas ocupadas, de habitações, foram protestar na Assembleia, e entraram no hall da Assembleia, de forma simbólica, para que a Copasa leve água até as ocupações. Esse é o pedido, é uma necessidade básica de qualquer ser humano. A água não está chegando até aquelas localidades.

Imagine qualquer um de nós aqui ficar um, dois, três dias sem água. Lá eles estão há meses sem água e foram protestar em frente à Assembleia, foram protestar em frente à Copasa. Eles fizeram essa ocupação simbólica. O que aconteceu ontem aí foi uma ocupação simbólica. Até um grêmio estudantil costuma fazer isso dentro das escolas para poder ser ouvido, para permitir que as pessoas entendam o que estão sofrendo naquele momento. Na verdade, é papel da Assembleia Legislativa estender a mão a essas pessoas, porque não é possível que acordos feitos com governos de todas as colorações partidárias não estejam sendo cumpridos; e colocam essas pessoas das ocupações a Deus dará. Ainda há a questão do despejo – algumas famílias também estão sendo ameaçadas.

Então eu fico profundamente chocado com as palavras que foram proferidas ontem: “Tem que sentar o bambu”. Vejam bem: o deputado falou que tem que pegar o cassetete e encher o lombo do trabalhador de pancada. Isso foi dito aqui ontem em plena TV Assembleia, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, um dos mais importantes parlamentos deste país. É inadmissível uma situação dessa, Sr. Presidente. Eu chamo a atenção da Mesa para essa situação que infelizmente ocorreu em nossa Casa e entendo que isso não deveria ocorrer mais.

Sr. Presidente, eu não vou me alongar, então paro por aqui lembrando aos demais colegas, deputados e deputadas, sobre essa situação da Covid-19 nos presídios que está afetando tanto os trabalhadores como as pessoas que estão presas. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Betão. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães – Obrigado, deputado Carlos Henrique, que nos preside neste momento. É um prazer falar em sua presença.

Eu queria aqui, presidente e demais deputados que nos ouvem, fazer uma pequena reflexão sobre o papel de uma Assembleia Legislativa aqui no Brasil e no momento presente, sobretudo em face aos acontecimentos dos últimos dias. Nós fizemos

uma opção recente, é bem verdade, de a Assembleia Legislativa ter um papel muito mais amplo do ponto de vista da participação popular e ter um papel não especificamente legislativo. Isso é uma coisa recente. Se nós olharmos toda a tradição da República Velha e depois do período democrático de 1946, veremos que tínhamos um Legislativo que era voltado para fazer as leis. Era isso: Legislativo stricto sensu. Tanto é que, na Constituinte de 1934, a Assembleia Legislativa de Minas passou a ter três meses do ano de funcionamento regular – antes eram dois. Então, os outros meses eram recesso, concentrava-se o período legislativo ali. Era assim e, em quase todos os países do mundo, ainda é assim: você tem convocações no período legislativo, e depois cada um vai para a casa. Os parlamentares não ganhavam remuneração.

Na Assembleia de Minas... Se vocês pegarem a planta deste Palácio da Inconfidência, verão que ele era único, não havia o anexo Tiradentes, não havia nenhum gabinete de deputado, apenas dois gabinetes: da Minoria e da Maioria. Os deputados, até então, não tinham assessores, nenhum. Os gabinetes em Brasília, que foi inaugurada em 1960... Então, era uma concepção: vocês se reúnem para fazer as leis e para votar os procedimentos que existem. É assim.

Dos 50 estados americanos, 40 não têm funcionamento igual ao nosso, apenas uns 10 têm. Mas nós fizemos a opção no Brasil de a Assembleia ter um papel proativo na representação popular, no sentido amplo, portanto, a Assembleia faz um monte – dezenas, centenas – de audiências públicas para levantar questões que não se referem objetivamente a um projeto de lei que está sendo votado – nada disso. Nós, inclusive, votamos leis que são indicativas de políticas, são autorizativas; há coisas que não necessitam de autorização, mas são indicativas de políticas. A Assembleia se tornou também um espaço de mobilização popular. Portanto a Assembleia é legítima para todos os aspectos.

A assessoria parlamentar reflete isso. Aliás, ela não é uma assessoria de elaboração legislativa stricto sensu, não. Portanto, se o deputado Rogério Correia tem um assessor que é participante de movimentos, é legítimo. Outros têm assessores que são participantes de movimentos regionais, são ligados a prefeituras, são ligados... Há todo um leque de questões existentes em nosso estado. Isso é uma virtude da Assembleia. A Assembleia acolher protestos e movimentos de todos os matizes é uma virtude se entendermos o papel que nós atribuímos à Assembleia, nós atribuímos à Assembleia. Se fôssemos ter apenas a função legiferante, não seria necessário ter, quem sabe, nenhum assessor próprio, como era no passado recente. Os assessores eram os da Casa ou então os das bancadas. O deputado não tinha um secretário parlamentar. O vereador de Belo Horizonte só adquiriu isso na década de 1980.

E é bom dizer que foi no regime militar, na ditadura que se (– Falha na transmissão do áudio.) esse tipo de atitude para a Assembleia. É bom. Nós somos assim. Então, estou dizendo que, se concordamos ou não com os trabalhadores que foram à Assembleia fazerem a ocupação. Não é a Assembleia o alvo. Ela é o contrário: ela é a fonte de disseminação, ela é o acesso, é a Casa do povo para tudo. Não é só a Casa do povo para representar o trabalho legislativo. Não. Nós temos que ter essa compreensão, compreensão ampla em todos os sentidos. Isso vale tanto para as forças de segurança, vale para os professores. É bom dizer que o Sind-UTE começou – e o Sind-UTE era a UTE antiga – numa greve que foi de uma ocupação na Assembleia. Vivi isso de perto; sou servidor concursado na Assembleia. Depois, houve a criação daquela Praça das Bandeiras ali era um espaço de manifestação e não era manifestação de coisas que estão tramitando, mas, sim, de tudo o que ocorre no Estado.

A Assembleia diz respeito a todos os assuntos, sem exceção de nenhum. Ela não é uma Casa exclusivamente legiferante. Poderia ser. O custo seria reduzido. De cara, talvez os parlamentares não precisassem ser profissionalizados, muito menos ter gabinetes próprios. Isso seria desnecessário como é na imensa maioria dos parlamentos do mundo. Portanto eu defendo aqui, com ênfase, não só porque tenho uma visão própria que todos conhecem a respeito dos acontecimentos, o próprio País cresceu por ocupação. Foi assim a ideia do uso pax dex(?). Isso é normal, isso faz parte do processo também. Nem tudo é exatamente aquilo que está traçado de régua e compasso. A vida não é assim. A Assembleia existe é para ser o espaço próprio da negociação, da compreensão e não apenas da elaboração.

Portanto são legítimos os movimentos e, acima de tudo, os defendo em grande parte por concordância. Há discordâncias também. Isso faz parte do processo. Mas não abro mão do processo legislativo pelo qual nós optamos. A Assembleia é a caixa de ressonância de tudo o que diz respeito ao nosso estado. Nós entramos em todas as lutas. A nossa assessoria é para ser cada elo, cada fio condutor de cada rincão deste estado com o deputado, com a Casa Legislativa. Ela tem um nome de “legislativa”, mas é a Casa da representação política e não apenas do Legislativo.

Portanto defendo os movimentos tal como ocorreram e peço que todos nós tenhamos a compreensão, mesmo que com divergências, para a Assembleia cumprir bem o seu papel que nós mesmos lhe conferimos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foi aprovado, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, o Requerimento nº 6.159/2020, da Comissão do Trabalho. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 887/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 66/2017.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 25, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 25/8/2020.). Levanta-se a reunião.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/8/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 24/8/2020, Cláudia Campolina Moraes, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

nomeando Andréa Reis Guimarães, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bartô;

nomeando Cláudia Campolina Moraes, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso.